



COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ENSAIO COMPARATIVO BRASIL-ITÁLIA

COOPERATION AND ORGANIZATIONAL INNOVATION IN FAMILY FARMING: A COMPARATIVE ESSAY BRAZIL-ITALY

Autor(es): Eloiza Andréa Moraes Silva, Fábio Luiz Búrigo, Simone Blanc, Giovanna Sacchi, Adinor José Cappellesso.

Filiação: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Università degli Studi di Torino (UNITO), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

E-mail: eloiza.andrea.moraes@gmail.com, fabio.burigo@ufsc.br,
simone.blanc@unito.it, giovanna.sacchi@unito.it, adinor.cappellesso@ifsc.edu.br

Eixo temático: nº 02 - Educação, Inovação e Diversidade

Resumo

A agricultura familiar (AF) é reconhecida em várias partes do mundo pelo seu papel estratégico para a segurança alimentar e o abastecimento local, tendo importância capital para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. As ações coletivas, principalmente por meio de cooperativas e associações, emergem como estratégias centrais para se fortalecer a AF, promovendo autonomia, capacidade de articulação e resistência frente às profundas transformações socioculturais, econômicas e ambientais vivenciadas atualmente pelo meio rural. Este artigo analisa experiências inovadoras de ação coletiva em dois contextos distintos: as Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF) de Santa Catarina (Brasil); organizações coletivas que envolvem agricultores familiares das regiões de Piemonte e Sicília (Itália). O estudo buscou caracterizar e distinguir o funcionamento dessas formas inovadoras de ação coletiva envolvendo a AF, agregando nessa análise preceitos do desenvolvimento territorial sustentável. A metodologia empregada na pesquisa conta com uma abordagem qualitativa e exploratória, empregando instrumentos a revisão de literatura, pesquisa documental, observação direta e realização de entrevistas. Os resultados indicam que, embora os contextos institucionais e históricos sejam distintos, há convergências quanto à valorização da produção local, à gestão horizontalizada e à atuação em redes de cooperação. No Brasil, as CDAF configuram-se como estratégias emergentes voltadas à inserção em mercados institucionais, com forte vínculo às políticas públicas. Na Itália, observa-se maior protagonismo do consumidor, valorização cultural dos produtos e multifuncionalidade das ações. Além disso, os associados das organizações investigadas estão inseridos em um conjunto diverso de relações socioeconômicas presentes nos



territórios, o que gera um ambiente propício e desafiador para a continuidade das ações coletivas descentralizadas da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, ação coletiva, descentralizada, inovação organizacional, cooperação.

Abstract

Family farming (FF) is recognized in various parts of the world for its strategic role in food security and local supply, holding crucial importance for the sustainable development of rural territories. Collective actions, especially through cooperatives and associations, emerge as key strategies to strengthen FF by promoting autonomy, the capacity for coordination, and resilience in the face of the profound sociocultural, economic, and environmental transformations currently affecting rural areas. This article analyzes innovative experiences of collective action in two distinct contexts: the Decentralized Cooperatives of Family Farming (DCFF) in Santa Catarina (Brazil); and collective organizations involving family farmers in the regions of Piedmont and Sicily (Italy). The study aimed to characterize and differentiate the functioning of these innovative forms of collective action involving FF, incorporating into the analysis principles of sustainable territorial development. The research methodology adopts a qualitative and exploratory approach, using literature review, document analysis, direct observation, and interviews as research tools. The results indicate that, although institutional and historical contexts differ, there are convergences regarding the valorization of local production, horizontal management, and participation in cooperation networks. In Brazil, the DCFFs are emerging strategies aimed at integration into institutional markets, with strong ties to public policies. In Italy, there is greater consumer engagement, cultural appreciation of products, and multifunctionality in actions. Furthermore, members of the organizations studied are embedded in a diverse set of socioeconomic relationships present in the territories, creating a favorable yet challenging environment for the continuity of decentralized collective actions in family farming.

Keywords: Family Farming, collective action, decentralized, organizational innovation, cooperation.

1. Introdução

Responsável por grande parte dos alimentos consumidos localmente, a agricultura familiar (AF) agrupa modelos produtivos diversos, baseados em pequenas unidades de produção geridas por famílias, as quais enfrentam desafios constantes relacionados à concentração fundiária, mudanças climáticas, volatilidade dos mercados e limitada inserção em cadeias produtivas mais amplas (Freitas *et al.*, 2021).



Estudos indicam que num cenário de profundas transformações, são as organizações coletivas as que mais fortalecem a construção de sistemas institucionais adequados às realidades sociais, econômicas e políticas que vivem os agricultores familiares e o meio rural (Mior *et al.*, 2019). Ações coletivas mais bem-sucedidas em contextos complexos mantêm a identidade sociocultural dos agricultores, enquanto ampliam possibilidades de reinvenção produtiva e comercial, permitindo também adaptar estilos de vida familiar às transformações do mundo rural (Schneider, 2009; Silva; Nunes, 2022; Silva; Búrigo; Cappellesso, 2024).

Diante de tais desafios, as cooperativas e as associações precisam se reinventar para manterem como organizações capazes de promover resiliência, sustentabilidade e autonomia da AF. Essa reinvenção pode resultar na criação de novos formatos organizacionais e na articulação de diferentes arranjos produtivos, comerciais e jurídicos. Essas novas formas de cooperação se destacam em alguns aspectos, tais como oferta de suporte contábil e administrativo para os empreendimentos conduzidos e instalados nas unidades dos associados, estratégias de comercialização conjunta de produtos oriundos das unidades descentralizadas, estratégias para facilitar o acesso coletivo ao crédito, formas de conhecimento e uso compartilhado de tecnologias sustentáveis, entre outros (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021).

Além desses aspectos, em vários países, novos contextos socioculturais, econômicos, demográficos e ambientais que perpassam o meio rural, exigem que a ação coletiva ligadas a AF incorpore um conjunto de inovações organizacionais, de modo a atender tais mudanças. Tais exigências geram novas necessidades e busca de soluções inovadoras nas formas de governança e em outros processos relacionados à gestão dos empreendimentos. Esse processo deve valorizar decisões coletivas, estimular mecanismos e estruturas internas que reforcem ações pautadas na confiança e solidariedade entre os membros, favorecendo práticas mais equitativas e integradas (Silva; Dias; Amorim Junior, 2015), além de contribuir para (re)conectar as organizações aos territórios de origem e fortalecer vínculos locais.



Nos últimos anos, em Santa Catarina (Brasil) observa-se o nascimento e expansão de um exemplo característico desse novo formato organizacional de ação coletiva: as Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF). Essas cooperativas são fruto de inovações organizacionais de caráter incremental, estimuladas por atores territoriais a partir de redes locais de cooperação pré-existentes, como associações, condomínios rurais e cooperativas tradicionais geralmente voltadas a atuação com alguns produtos específicos. As CDAF ilustram trajetórias de adaptação e resistência no campo, articulando redes sociais e territoriais para promover o desenvolvimento rural sustentável (Mior *et al.*, 2014).

Se no Sul do Brasil, a ação coletiva cooperativa inovadora emerge como resposta às dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores diante de um sistema econômico cada vez mais centralizado e excludente, ao se transpor esse olhar para a realidade de um país europeu, como a Itália, é preciso tecer algumas premissas. No contexto italiano, há experiências inovadoras de ação coletiva inseridas em um ambiente organizacional marcado por múltiplas organizações cooperativas, muitas oriundas de grupos culturais com raízes históricas e laços sólidos. Essas iniciativas também enfrentam desafios impostos por um modelo econômico desigual e concentrador, especialmente evidente nas regiões do norte do país (Leopoldino, 2021).

Este trabalho foi elaborado na área de desenvolvimento rural e insere-se em um estudo exploratório das dinâmicas das ações coletivas inovadoras. O objetivo é descrever e distinguir o funcionamento de diferentes formas inovadoras de ação coletiva envolvendo a AF, avaliando sua capacidade de proporcionar impactos positivos sob a ótica do desenvolvimento territorial sustentável (DTS) em distintos contextos. Para tanto, o estudo foi conduzido nos territórios brasileiro (Extremo-Oeste Catarinense) e italiano (Piemonte – Norte da Itália; e Sicília).

Para tanto, o estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: “Quais características estruturais e operacionais apresentam as organizações inovadoras de ação coletiva da Agricultura Familiar no Norte da Itália e Sicília e em Santa Catarina (Brasil), e de que maneira essas experiências podem contribuir para o desenvolvimento territorial



sustentável em seus respectivos contextos?” Diante dessas premissas espera-se que o trabalho contribua para enriquecer a compreensão sobre os desafios e potencialidades da ação coletiva relacionada ao futuro sustentável da AF e do meio rural, oferecendo subsídios para geração de estratégias organizacionais e de políticas públicas correlacionadas.

Este artigo foi formulado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentada a metodologia. A terceira e quarta partes sintetizam a revisão teórica, destacando os debates sobre o movimento cooperativista na Itália e ações coletivas descentralizadas da AF no território brasileiro. A quinta seção aborda os resultados das pesquisas de campo. As considerações finais trazem algumas reflexões sobre o papel das formas inovadoras das ações coletivas no desenvolvimento territorial sustentável, tendo como base o que é pregado por seus princípios teóricos e estudos empíricos.

2. Metodologia

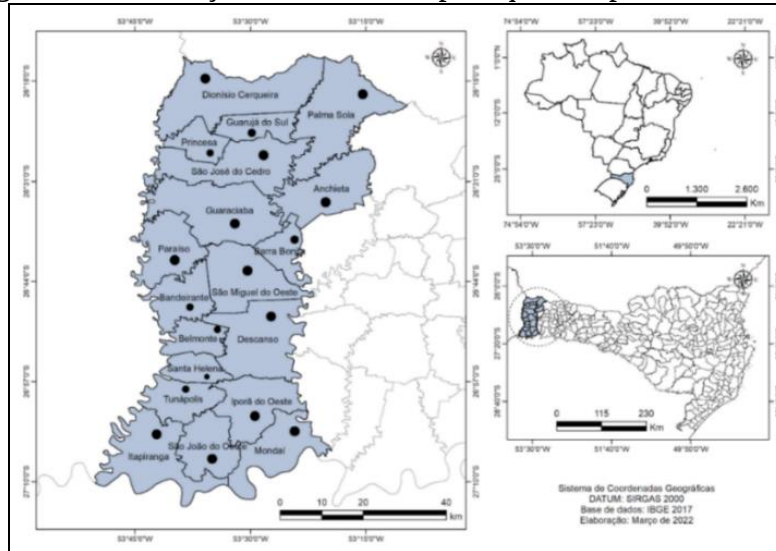
A metodologia deste estudo utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão de literatura, pesquisa documental, métodos de observação direta e entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado, com questões abertas e fechadas.

Realizado entre 09 e 11 de outubro de 2023, a primeira etapa do trabalho de campo ocorreu em torno da ação de seis cooperativas e uma associação: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Descanso (Cooperdes), Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperflor), Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária (Cooperanchieta), Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga (Cooafi), Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Extremo Oeste (Coopafamioeste), Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião) e Associação de Apicultores de Itapiranga (Apita). As ações coletivas estão situadas nos municípios de São Miguel do Oeste, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Anchieta e Itapiranga, todos situados no Extremo-Oeste de



Santa Catarina¹. Esses municípios compõem a base de atuação da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (Ameosc) (ver Figura 1).

Figura 1- Localização dos 19 municípios que compõem a Ameosc



Fonte: Lauermann (2023), adaptado pelos autores.

Nesta primeira etapa da pesquisa, as entrevistas foram realizadas com dirigentes e técnicos, sendo que as questões indagadas procuraram captar o histórico da organização, os objetivos e as principais estratégias operacionais de comercialização e de tomada de decisão.

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu entre 6 e 20 de fevereiro de 2025, envolvendo três associações e uma cooperativa ligadas a agricultura de base familiar ².

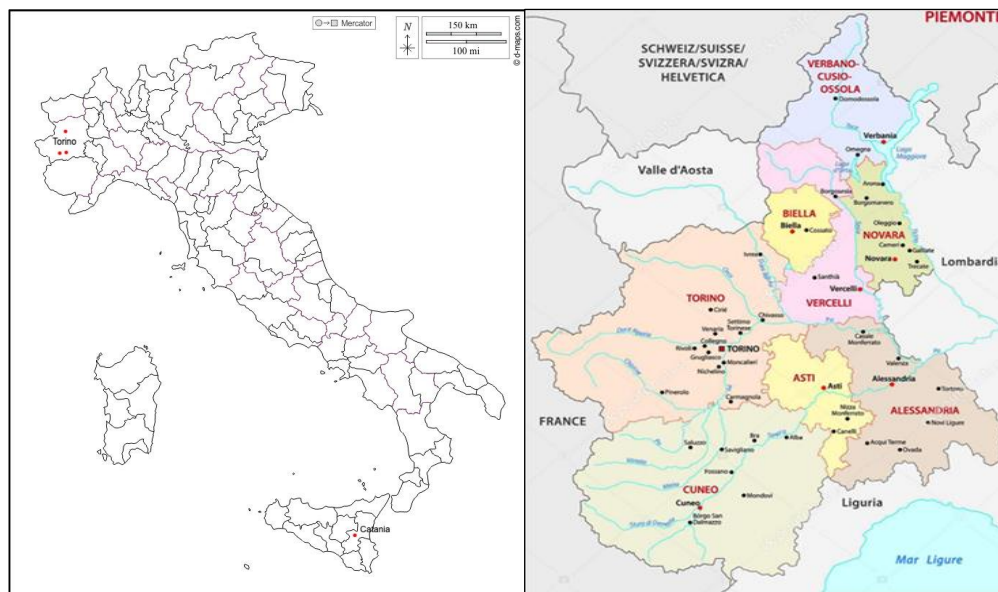
¹ A elaboração deste trabalho tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: i) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; ii) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fapesc, Edital Suplemento nº 28/2022. E contou com o apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) - Programa institucional de doutorado sanduíche no exterior (PDSE) EDITAL Nº 6/2024.

² Na Itália, o termo “Agricultura Familiar” não é utilizado, para os italianos basta que o agricultor tenha cadastro de produtor rural efetuado nos órgãos responsáveis para ser considerado agricultor, e em sua maioria a produção no país é de base familiar.



Três organizações estão situadas na região de Piemonte, norte da Itália: *Associazione Noisiamovoi Piemonte*, *Cooperativa Fattorie Tobia* e *Associazione Tutela Baratuciat e Vitigni Storici*. E uma na Sicília: *Simenza – Compagnia Siciliana Semente Contadine*. A atuação dessas ações coletivas abrange as *comunas* de Turin, Cuneo, Monferrato, Scalenghe, Biella, Sicilia, e os Vales de Susa, Sangone e Alta Langa. Foram feitas quatro entrevistas com os dirigentes das organizações de forma online, através da plataforma *google meet* e *webex*, empregando a mesma abordagem e teor das enquetes realizadas no Brasil.

Figura 2 – Localização da Sicília e das *comunas* do Piemonte



Fonte: Depositphotos (2020).

Na sequência, os dados das entrevistas na Itália foram processados e tabulados³ e seus aspectos foram esquematizados com os resultados das entrevistas no Brasil, os quais serão discutidos na continuidade deste estudo.

3. Ação coletiva em cooperação na Itália: Um modelo entre tradição e inovação

³ Nesta fase da pesquisa, as entrevistas com as organizações italianas contaram com a colaboração de pesquisadores do *Dipartimento di Scienze Agrarie, Forestali e Alimentari*, da *Università di Torino*.



A Itália possui uma relevância histórica, institucional e cultural no desenvolvimento do movimento cooperativista. Desde o século XIX, o país é um dos berços do cooperativismo moderno, com raízes firmadas na tradição do mutualismo operário, no catolicismo social e nas correntes socialistas e republicanas que moldaram a ação coletiva no contexto europeu (Vella, 2010; Zamagni, 2006). De acordo com Leopoldino (2021), o país se destaca por ter consolidado um modelo plural e robusto, que abrange desde cooperativas de trabalho e consumo, até experiências inovadoras como as cooperativas sociais. Segundo a autora, o caso italiano permite uma análise densa das múltiplas dimensões do cooperativismo: sua capacidade de articular interesses econômicos e solidariedade, sua inserção em contextos territoriais diversos e sua resiliência frente às transformações do capitalismo contemporâneo.

Na Itália, as cooperativas foram concebidas como instrumentos para a construção de uma sociedade composta por produtores livres, orientadas pela tentativa de superar as contradições inerentes entre o capital, o trabalho e a própria ideia de cooperação. Nesse sentido, a cooperação era concebida como um princípio organizativo fundamental da vida social, a ser consolidado previamente a outras formas institucionais, com vistas à independência dos trabalhadores. O movimento cooperativista possui um modo consistente no qual as centrais cooperativas se articulam com a sociedade a sua volta que detém os mesmos anseios e objetivos, o que resulta no grande desenvolvimento de cooperativas com identificação social no território italiano (Leopoldino, 2021).

Desde o primeiro coletivo instituído em 1806 em Osoppo, originário de um movimento de operários que se compôs na forma de associações de cooperação, essas organizações italianas possuem a característica intrínseca da luta pelos ideais da ação coletiva e o combate às injustiças (Vella, 2010). O marco inicial do cooperativismo italiano é frequentemente situado em 1854, com a criação do "*Magazzino di Previdenza*" em Turim, no Piemonte. Essa iniciativa visava mitigar os efeitos de uma grave crise agrícola, oferecendo acesso coletivo a bens de consumo essenciais. Pouco depois, em 1856, foi fundada a primeira cooperativa de produção e trabalho em Altare, na Ligúria, dedicada à produção de vidro artístico (Estrada, 1993).



Conforme Estrada (1993), a consolidação do movimento ocorreu com a realização do primeiro congresso nacional das cooperativas em 1886, em Milão, reunindo 248 delegados representando 74.000 associados. Em 1893, foi fundada a *Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue*, com o objetivo de coordenar e representar o movimento em nível nacional. Durante o regime fascista (1922–1943), o cooperativismo enfrentou repressão e controle estatal. O governo de Mussolini impôs a adesão obrigatória das cooperativas ao *Ente Nazionale di Cooperazione*, restringindo sua autonomia e liberdade de ação. Apesar disso, o movimento sobreviveu e, após a Segunda Guerra Mundial, experimentou uma revitalização significativa (Bonfante, 1981). Pode-se observar que, desde o princípio, o movimento cooperativo na Itália tem o poder de conservar diferentes inclinações políticas, o que contribuiu para seu surgimento, desenvolvimento e permanência no território (Leopoldino, 2021).

A vista do seu percurso, as ações coletivas de cooperação demonstraram a resiliência dos grupos de atores sociais em busca de uma chance de melhorar suas condições de vida, lutar contra as desigualdades e desenvolver seus territórios. A cooperação está enraizada na força de trabalho italiana, seja ela no campo ou nas cidades, na cultura de ações conjuntas ou no orgulho das tradições: “[...] basta pensar que hoje, na Itália, mais de duzentas são cooperativas nascidas há mais de um século, mas ainda em funcionamento” (Leopoldino, 2021, p. 21).

Apesar das raízes históricas profundas, ações coletivas italianas têm demonstrado notável capacidade de inovação organizacional para enfrentar desafios contemporâneos, destacando modelos de governança adaptativos e participativos. No meio rural, são frequentes as ações coletivas comunitárias na forma de cooperativas e associações como resposta inovadora às necessidades específicas de comunidades locais. Essas organizações são formadas por membros da própria comunidade e focam na utilização de recursos locais para promover o desenvolvimento territorial sustentável (Maiolini; Ramus, 2024).



4. Descentralização nas ações coletivas da Agricultura Familiar como caminho de ruptura e adaptação rural

As cooperativas são organizações de ação coletiva formadas por pessoas, que atuam com o objetivo de prestar serviços aos seus integrantes, em forma de ajuda mútua (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021). Embora grupos informais já praticassem a cooperação há muito tempo em várias partes do mundo, a forma mais importante de formalização desses empreendimentos ocorreu no Século XIX, na Europa, com o surgimento das cooperativas. Esse tipo de organização coletiva ganhou reconhecimento internacional pela ação inédita dos moradores de Rochdale, Inglaterra. Para constituir seu empreendimento coletivo, registraram uma série de princípios e valores num documento orientador de sua doutrina e modo de ação. Assim, como os probos de Rochdale, boa parte dos agrupamentos coletivos, como as primeiras cooperativas, reúnem pessoas desejosas de encontrar soluções alternativas para (sobre)viver com mais dignidade, gerando produtos, serviços e renda para si e para os seus pares (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021; Silva; Nunes, 2022).

O sucesso de várias experiências cooperativas, que seguiram os ensinamentos de Rochdale, ampliou o número de organizações similares, primeiro na Europa e depois em outros continentes (Namorado, 2013). No interior de Santa Catarina, que recebeu muitos imigrantes europeus⁴, as cooperativas foram historicamente criadas por agricultores familiares que se estabeleceram durante as primeiras décadas do Século XX. As primeiras cooperativas desejavam alcançar maior autonomia, superar gargalos produtivos e gerar valor para as atividades comerciais que desenvolviam. As cooperativas criadas pelos agricultores familiares catarinenses atuaram em diferentes áreas e contam com diferentes estruturas e operações, sendo que cada contexto exigiu a adoção de novas estratégias e ajustes para atingir seus objetivos.

⁴ A ampla maioria dos agricultores familiares catarinense é formada por descendentes de imigrantes europeus, os quais trouxeram a bagagem cultural do cooperativismo e a mobilizaram para construir experiências de enfrentamento aos desafios em um novo continente. Como destacado na caracterização da região de estudo, a inovação não é a cooperação, mas as formas como ela vêm ocorrendo.



A Cooperativa Descentralizada da Agricultura Familiar (CDAF) é uma forma de organização em que os membros participantes podem estar localizados em diferentes regiões, cidades ou até mesmo países, e se unem em redes para alcançar objetivos comuns. Ao contrário de uma cooperativa centralizada, em que todos os produtos *in natura* ou processados são concentrados em um único local, a cooperativa descentralizada mantém quase todas essas atividades nas unidades produtivas de seus associados. Além de produzir, processar e comercializar os produtos de seus cooperados, esse modelo promove a descentralização de poder e das decisões.

A formação das CDAF em Santa Catarina foi concebida no ano de 1998, a partir da iniciativa de um grupo de técnicos de instituições públicas e de organizações não governamentais (ONGs), que elaboraram uma proposta inovadora para integrar os pequenos agricultores e suas atividades no mercado formal (Estevam; Mior, 2014). A nomenclatura descentralizada procura marcar as diferenças das cooperativas tradicionais, que trabalham com a premissa de adquirir economias de escala nos processos de produção e de comercialização. As cooperativas de produção singulares mais antigas trabalham com unidades agroindustriais centralizadas, onde a infraestrutura para armazenar o processamento dos produtos, industrialização e comércio é formada em constitutivos da cooperativa, ou em filiais segundo uma coordenação centralizada (Mior *et al.*, 2014). Já as cooperativas descentralizadas são resultado de iniciativas de agricultores que se contrapõem aos sistemas tradicionais, viabilizando uma forma alternativa de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar (Estevam; Mior, 2014).

As CDAF conseguem operar sem grandes investimentos em infraestrutura nas sedes das cooperativas. Como esse tipo de cooperativa não tem como objetivo principal o aumento de escala, interessa aos agricultores poder comercializar suas mercadorias sem temer a perda de seus direitos como agricultores (Estevam; Mior, 2014). Assim, eles estão inseridos em diversas cadeias curtas ou formas tradicionais de comercializar os produtos agrícolas – como feiras livres, vendas diretas e mercados institucionais. Com a sua abordagem flexível e focada na valorização dos membros, essas cooperativas favorecem a construção de relações de confiança, a troca de conhecimentos e o fortalecimento da



economia local. Em síntese, a natureza econômica que sustenta essas estruturas pode ter diferentes origens, mas predominando um conjunto de experiências alternativas conduzidas pelos agricultores que se agrega a ação de um agente externo (ex. ONG, ATER, Universidade, movimento social). Essa convergência busca criar meios para viabilizar o acesso da AF a serviços e canais de comercialização (institucional ou em mercados alternativos).

As CDAF são resultado da própria atividade produtiva do agricultor que necessita se aliar a outros agricultores para garantir sua sustentabilidade e preservar sua identidade com Agricultura Familiar. Partindo dessa situação, integra-se ao estudo da adaptabilidade da AF nos tempos atuais, as premissas do desenvolvimento territorial sustentável (DTS), que apregoa ações de desenvolvimento promovidas por iniciativas de atores locais que buscam a valorização dos seus territórios (Carrière; Cazella, 2006). O DTS busca promover a sustentabilidade dos membros locais com base nas potencialidades e especificidades de cada território, implicando em processos participativos e integrados de planejamento e ação, que envolvem atores públicos, privados e da sociedade civil a construção de soluções adaptadas às realidades locais.

5. Resultados e discussões

As entrevistas com dirigentes e técnicos de cooperativas e associações nos territórios italianos e catarinense, revelaram que a organização coletiva da AF visa fortalecer social e economicamente os produtores, por meio da formalização jurídica, facilitação na inserção de seus produtos em mercados convencionais e criação de alternativos, aprimorando estratégias de comercialização e decisão. As narrativas indicam que a cooperação agrícola melhora condições produtivas e comerciais, reduzindo a dependência de mercados e aumentando renda e produtividade. Com o tempo, ações coletivas passaram a oferecer serviços como assistência técnica, compra conjunta, distribuição, rotulagem e venda, ampliando o acesso a mercados e atendendo a demandas dos agricultores familiares.



As ações coletivas são historicamente relevantes na região catarinense estudada, incluindo organizações com diferentes perfis: 53,7% dos agricultores regionais recenseados eram associados a cooperativas em 2017, frente a 11,4% no Brasil (IBGE, 2019). Em um contexto dinâmico, recentemente destacam-se a criação de novas cooperativas focadas na comercialização de leite, as quais buscam melhores preços e insumos, beneficiando cerca de 15% dos estabelecimentos agropecuários locais com a venda coletiva da produção (Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022).

Paralelamente à criação de organizações formais, como cooperativas, a ação coletiva protagonizadas pelos atores locais catarinenses se manifesta em outras iniciativas. Na região do Extremo Oeste, destaca-se a presença do Fórum de Economia Solidária, que desempenha um papel crucial na organização e comercialização de empreendimentos voltados à produção de artesanato, de alimentos *in natura* e agroindustrializados. As atividades agropecuárias mais inovadoras contam com o respaldo de associações de produtores, que buscam facilitar o acesso à informação. Em municípios que realizam feiras, os agricultores se unem em associações para estabelecer regras e regulamentos de funcionamento desses espaços. A colaboração entre os diversos atores também se estende ao âmbito público, evidenciada pelos colegiados temáticos da Ameosc, que desempenham um papel crucial ao orientar a ação pública municipal na região (Lauermann; Cappellessso; Gazolla, 2022). De acordo com Silva e Nunes (2022), o benefício em torno dos meios produtivos e comerciais envolve a diminuição na dependência das relações estabelecidas nos mercados, podendo resultar no aumento da produtividade e da renda adquirida nos estabelecimentos de AF.

As CDAF possuem especificidades organizacionais que as diferenciam das ações coletivas em cooperação tradicionais em vários aspectos. Baseado no estudo de Farias (2024) e dados coletados na pesquisa, foram elencados potenciais atributos de CDAF de modo a se construir um tipo ideal, pelo qual as cooperativas e associações – nos territórios catarinenses e piemontês e na Sicília - pesquisadas puderam ser melhor analisadas:



Quadro 1- Características de uma Cooperativa Descentralizada da Agricultura Familiar

1. Pequeno corpo de dirigentes e de funcionários;
2. Presença de contrato de comodato entre a cooperativa e os cooperados, transferindo temporariamente o controle jurídico das unidades de processamento dos agricultores para o nome da cooperativa.
3. Abrigo jurídico, preservando o direito previdenciário especial e auxílio no cumprimento às exigências sanitárias e ambientais, normas contábeis, tributárias e outras obrigações legais;
4. Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados;
5. Possibilidade de constituir uma cooperativa com necessidade de baixo investimento em infraestrutura e patrimônio;
6. Atuação em cadeias curtas de comercialização, havendo em muitos casos processos de venda direta;
7. Possibilidade de acesso aos agricultores familiares a mercados institucionais e outros canais de comercialização que exigem a participação de pessoa jurídica e escala de produção;
8. Sistema de governança mais horizontalizados, que privilegiam a autonomia dos cooperados/sócios;
9. Gestão descentralizada, empregando formas mais rápidas para tomada de decisão;
10. Oferecimento de assistência técnica e cadastramento no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar;
11. Independentes, sem filiação a entidades de representação do cooperativismo;
12. Presença de sede própria;
13. Permite a comercialização de uma gama diversificada de produtos da AF;
14. Parcerias com órgãos governamentais.

Fonte: Farias (2024); adaptado pelos autores.

Todas as ações coletivas entrevistadas possuem atributos que as caracterizam como do tipo descentralizadas, discutidas neste estudo. No caso catarinense, a Coopafamioeste foi constituída para auxiliar as agroindústrias familiares a acessar os editais dos mercados institucionais (atributos 3 e 7). Possui contrato de comodato (atributo 2) com 6 famílias de cooperados, que administram agroindústrias nas suas propriedades. Ao todo são 30 famílias associadas, e não é afiliada a alguma entidade de representação do cooperativismo (atributo 11). Como diferencial, essa CDAF agrega alguns agricultores familiares que ofertam matéria prima para os que detém as agroindústrias, o que também lhes permite ampliar o valor comercializado no mercado institucional.

Quatro cooperativas – Cooperdes, Cooperflor, Cooperanchieta e Cooafi – iniciaram como associações e se transformaram em cooperativas para formalizar a comercialização dos produtos e facilitar a introdução da produção dos associados nos mercados. Essas cooperativas se organizaram inicialmente para atuar na produção de leite, mas com o tempo foram introduzindo outros tipos de produtos como: hortaliças, pães, farináceos, embutidos etc. Nesse caso, observa-se que o papel indutor da ação



pública de extensão rural via ATER e/ou para atender requisitos de preferência no acesso às compras públicas, que resultou em avanço organizativo dos atores

As quatro cooperativas possuem singularidades que as permitem ser denominadas CDAF, pois contemplam os atributos 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, levantados anteriormente. A Cooperanchieta e a Coofafi também possuem contratos de comodato com cooperados (atributo 2), que detêm agroindústrias nas suas propriedades. Com isso, estas cooperativas contemplam o atributo 4, pois nesta atividade a gestão e operação das unidades agroindustriais descentralizadas são realizadas pelos cooperados. A Cooperanchieta e a Cooperflor atendem a particularidade 3, onde seus cooperados fazem uso da marca da cooperativa em produtos elaborados por eles próprios.

A Apita, pesquisada em Santa Catarina, também pode ser caracterizada como uma organização de ação coletiva descentralizada, pois trabalha com o associativismo e o desenvolvimento da apicultura local através de parcerias municipais e governamentais (atributo 14). Ao facilitar o atendimento das regras sanitárias, a organização permite que a produção de mel de seus associados seja inserida em cadeias curtas de comercialização e atuem na venda direta ao consumidor (atributo 6).

Um destaque deste processo é a Cooperunião, no município de Dionísio Cerqueira. Ela foi concebida por meio da organização de agricultores de um assentamento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que trabalham a terra e os processos de maneira coletiva. A cooperativa dava respaldo jurídico para uma agroindústria de abate de aves (com contrato de comodato). Na Cooperunião não foi verificado o atributo 5.

No caso italiano, verificou-se que as quatro ações coletivas em cooperação pesquisadas também elencaram características que as classificam como descentralizadas. Na *Noisiamovoi*, destaca-se o fortalecimento do poder contratual de criadores de gado de leite, permitindo maior autonomia nas negociações e acesso justo aos mercados. Originária da *Noisiamovoi*, a *Fattorie Tobia*, além dos mesmos objetivos da associação, promove a oferta de leite saudável, associado à transparência nos processos produtivos, o que reforça a confiança dos consumidores. A *Tutela Baratuciat e Vitigni Storici* trabalha



em prol da visibilidade de pequenas vinícolas do território, favorecendo a inserção de produtos artesanais e de qualidade no circuito comercial. Por último, a associação *Simenza* (única organização estudada fora da região do Piemonte), contribui para a proteção da biodiversidade por meio de práticas agroecológicas e sustentáveis, e para o resgate cultural das sementes camponesas (crioulas). Essas organizações fomentam processos educativos voltados à conscientização social e ambiental, essenciais para a consolidação de territórios resilientes e comprometidos com o bem comum. Os atributos presentes nessas ações coletivas são os 1, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13. Sobre o oferecimento de assistência técnica (atributo 10), somente a *Noisiamovoi* ainda está em processo do estudo do serviço aos seus associados, o restante das ações oferece assistência.

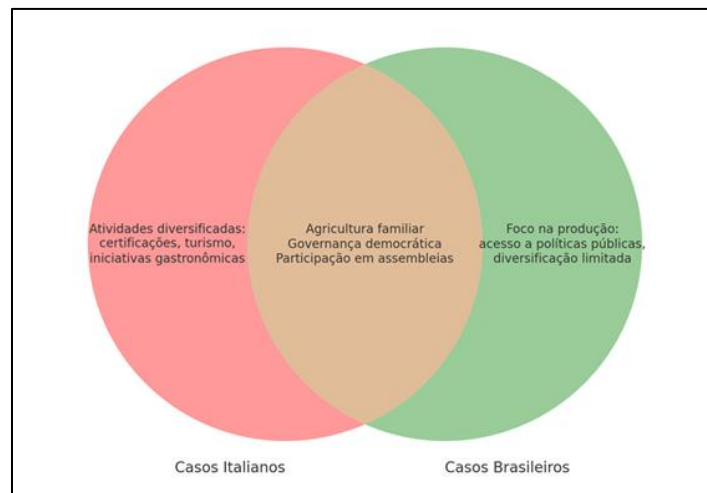
Seguindo os critérios de seleção amostral, as principais semelhanças entre as narrativas catarinenses e piemontesas e siciliana ocorrem em três temas: **1) Estrutura organizacional** – seja na Itália ou no Brasil, todas as organizações são estruturadas em torno de um conselho de administração e de um conselho de fiscalização, refletindo um modelo de governança formal, porém com sistema de governança com inclinações horizontalizadas e gestão descentralizada, presentes em ações coletivas pequenas ou jovens; **2) Foco na produção familiar ou local** – toda organização, independente do território, é fortemente orientada a apoiar atividades agrícolas de pequena escala, locais, ou familiares (sejam leite, vinho, sementes, mel, etc.); **3) Participação dos membros na tomadas de decisões** – em todos os casos, assembleias e reuniões (mensais, anuais ou quando for solicitadas), são os principais mecanismos de participação dos associados, destacando um *ethos* democrático compartilhado.

Entre as diferenças predominantes nos dois países estão: **1) Nível de envolvimento do consumidor** – os casos italianos (especialmente *Associazione Tutela Baraticiat e Vitigni Storici* e *Simenza*) enfatizam a educação do consumidor e o envolvimento direto com a ação coletiva, como eventos, degustações e centros de treinamento. Em contrapartida, a maioria das organizações brasileiras apresentadas neste estudo concentra-se no suporte à produção e no acesso a políticas públicas, com envolvimento direto limitado do consumidor; **2) Certificação de produtos e selos de**



qualidade - as cooperativas italianas trabalham para obter o DOP⁵, certificações orgânicas ou selos “Qualità Sicura”. Os casos coletivos catarinenses são mais variáveis e, apesar de adotarem alguns preceitos agroecológicos, poucos (ou nenhum) tem a certificação de conformidade orgânica, sendo que uma atende alguns agricultores com selo e está trabalhando em uma indicação geográfica (caso da Cooperanchieta); **3) Complexidade das atividades** – as organizações italianas tendem a desenvolver atividades multidimensionais (turismo rural, treinamento em biodiversidade, parcerias com restaurantes). Já na esfera do território pesquisado no Brasil, na maior parte das ações coletivas, demonstra atividades mais concentradas (exemplo venda de leite, estrutura de processamento e marca de mel), e a diversificação (articulação com o turismo rural) está surgindo em apenas alguns casos.

Figura 1: Semelhanças e diferenças entre os casos de ações coletivas da Itália e Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A comparação entre experiências catarinenses e italianas revela semelhanças na estrutura organizacional, governança participativa, apoio à produção familiar e

⁵ DOP significa "*Denominazione di Origine Protetta*" (Denominação de Origem Protegida). Trata-se de um selo que assegura que determinado produto alimentar foi inteiramente produzido, processado e elaborado em uma região específica, conforme práticas tradicionais e respeitando as particularidades do território. Essa certificação tem como objetivo preservar a autenticidade e a qualidade dos produtos, além de valorizar a cultura e o patrimônio locais (Piñeiro, 2022).



protagonismo dos associados. No entanto, as diferenças refletem dinâmicas territoriais distintas, como maior envolvimento do consumidor, certificações e multifuncionalidade nas iniciativas italianas. Já as brasileiras focam na produção e em políticas públicas, com menor articulação com consumidores, mas oferecem alguns canais de comercialização (ex. PNAE), feiras (ex. feira de economia solidária), atendimento sanitário, etc. Elas também possuem atividades menos diversas do que as italianas. Assim, embora baseadas em princípios cooperativos comuns, essas ações coletivas se moldam às realidades socioculturais e institucionais locais, evidenciando que o contexto influencia diretamente a forma e a evolução das iniciativas nos diferentes territórios.

6. Considerações finais

Este estudo analisou formas de ação coletiva como inovação organizacional da agricultura familiar nos territórios do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Brasil) e nas regiões de Piemonte e Sicília (Itália), destacando suas contribuições para o desenvolvimento territorial sustentável. As entrevistas com dirigentes e técnicos de cooperativas e associações, revelaram que essas organizações surgiram da necessidade de fortalecer economicamente as famílias agricultoras e formalizar sua representação coletiva. Mais do que estruturas administrativas, essas ações coletivas tornaram-se instrumentos fundamentais de transformação territorial.

Ao promover a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados institucionais e convencionais, essas organizações contribuem para a dinamização econômica local, valorizam o trabalho no campo e incentivam práticas produtivas sustentáveis. Com estruturas descentralizadas, gestão participativa e foco em cadeias curtas de comercialização, tais iniciativas fortalecem o vínculo entre produção e território, assegurando que benefícios da cooperação retornem às comunidades rurais. A oferta de serviços como assistência técnica, rotulagem, apoio jurídico e certificações também evidencia seu papel estratégico no fortalecimento dos sistemas produtivos locais.

A mobilização da tipologia das CDAF, conforme Farias (2024), revelou-se eficaz para compreender as distintas dinâmicas em ambos os contextos. Em Santa Catarina, há



forte articulação com políticas públicas e incentivo às agroindústrias familiares; na Itália, destaca-se o protagonismo do consumidor e a multifuncionalidade rural, com ações voltadas à educação, turismo e conservação ambiental.

Apesar das diferenças nas estratégias, todas as experiências apontam para um mesmo horizonte: o fortalecimento e desenvolvimento de territórios sustentáveis. No Brasil, as ações coletivas expressam resistência socioeconômica e superação de gargalos para permanência no campo; na Itália, buscam promover identidade local, diversificação econômica e integração produtiva. Em ambos os casos, a inovação reside na capacidade de adaptar-se aos contextos locais, criando soluções ancoradas na solidariedade, cooperação e autonomia.

Referências

- BONFANTE, G.; CIUFFOLETTI, Z.; INNOCENTI, M.; SAPELLI, G. **Il movimento cooperativo in Italia**. Storia e problemi. Torino, Itália: Einaudi, 1981.
- BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (Org.). **Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021, p.17-35.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis, **Eisforia**, v.4, p. 23-48, 2006.
- ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular. 296 p., 2014.
- ESTRADA, E. M.. **Acción colectiva y cooperativismo en la agricultura europea: (federaciones de cooperativas y representación de intereses en la Unión Europea)**. Centro de Publ., Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, 1993.
- FARIAS, N. W. **Cooperativas descentralizadas da agricultura familiar: um estudo das contribuições voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável da serra catarinense**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- FREITAS, C. O. *et al.* Custo de produção de agroindústria familiar de produtos lácteos na região Central de Rondônia. In: **Anais Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.



LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 150-167, 2022.

LEOPOLDINO, Candida Joelma. Da sua origem à emancipação: premissas do movimento cooperativista na Itália. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 16, p. 01-28, 2021.

MAIOLINI, Riccardo; RAMUS, Tommaso. Opportunity Recognition and Innovative Solutions to Societal Challenges: The Case of Community Cooperatives in Italy.

In: **Cooperatives in an Uncertain World: Perspectives from Switzerland and Its Neighbors**. Springer International Publishing, 2024. p. 253-275.

MAPA administrativo do Piemonte, Itália. **Depositphotos**, 2020.

MIOR, L. *et al.* Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. *et al.* Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2019, Florianópolis. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2019.

NAMORADO, R.O **o mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013.

PIÑEIRO, Manuel Vaquero; TEDESCHI, Paolo; MAFFI, Luciano. **A History of Italian Wine: Culture, Economics, and Environment in the Nineteenth through Twenty-First Centuries**. Springer Nature, 2022.

SCHNEIDER, S. (ORG). **A Diversidade da agricultura familiar**. 2º Ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 259p.

SILVA, E. A. M.; BURIGO, F. L.; CAPELLESSO, A. J. Cooperativas descentralizadas: inovações na comercialização como suporte a uma agricultura familiar sustentável. In: **Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. **Anais...** Palmas(TO) UFT, 2024.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**, 2015, vol. 53, p. 289-304.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

VELLA, Maria. **Oltre il motivo del profitto**. Storia, economia, gestione e finanza delle imprese cooperative italiane. Siena, Itália: Maggioli, 2010.

ZAMAGNI, Vera. L'impresa cooperativa italiana: dalla marginalità alla fioritura.

In: **XIV International Workshop of Economic History "Imprese cooperative e consorzi di cooperative: successi e fallimenti"**, Section. 2006.